Saudação à Nova Administração

Biênio 2023/2024
03/02/2023

Orador: Desembargador Mauro Dickstein

Cumprimento as autoridades que aqui representam todos os Poderes da União, dos Estados e dos Municípios; senhores membros da Ordem dos Advogados do Brasil, das Cortes de Contas, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Procuradorias Estaduais e Municipais, de Instituições Acadêmicas e de Associações de Magistrados, Servidores desta Casa, Convidados e Amigos, hoje presentes nesta cerimônia de investidura e posse da nova Administração eleita do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para o biênio 2023/2024.

Recebo com humildade a indicação para saudar, em nome deste Tribunal, os Desembargadores que doravante representarão, por esse mandato, as aspirações e anseios não só de todos os integrantes da família judiciária do Estado do Rio de Janeiro, mas,

notadamente, dos jurisdicionados e da sociedade como um todo.

Como é grande a responsabilidade de traduzir os sentimentos que permeiam nossas almas neste momento.

Com o mesmo entusiasmo, nossos olhares se lançam sobre duas realidades que não se excluem, antes, se complementam.

Primeiro, ao contemplarmos o caminho traçado até aqui, percebemos como podemos nos orgulhar do nível a que foi erigido o Poder Judiciário Fluminense, tantas vezes premiado, sob a condução de pessoas primorosas e gestores notáveis, como aqueles que hoje se despedem <u>não do</u> nosso convívio, mas das funções que exerceram no último biênio.

Cargos foram verdadeiramente colocados a serviço dos jurisdicionados: as Vice-Presidências, a Corregedoria-Geral e a Presidência, em paralelo com a

sofisticada academia corporificada na Escola da Magistratura.

Vencendo, corajosamente, as agruras trazidas pela conjuntura pandêmica, a Administração que se vai nos deixa um legado de expressivas proporções, ao mesmo tempo em que direciona, como um farol, o horizonte a ser buscado por aqueles que chegam.

Eis, então, o segundo olhar que lançamos, ao que se avizinha.

Aqui, registro a mais sincera emoção por ver, inseridas neste auspicioso projeto, destacadas personalidades da vida jurídica de nosso Estado: Desembargadora Sueli Lopes Magalhães, 2ª Vice-Presidente, sempre atual, cuidadosa e brilhante julgadora; Desembargadores Marcus Henrique Pinto Basílio, Corregedor-Geral da Justiça e José Carlos Maldonado de Carvalho, 3º Vice-Presidente, colegas de concurso, exímios magistrados, cuja capacidade administrativa já se mostrou amplamente aprovada no

último biênio; Desembargador Caetano Ernesto da Fonseca Costa, 1º Vice-Presidente, emérito Diretor da Escola da Magistratura, de notório saber jurídico e vasta experiência; Desembargador Marco Aurélio Bezerra de Melo, estimado amigo e colega de Câmara, cantor, compositor, defensor público, reconhecido professor e, agora, Diretor-Geral daquela Escola.

Observar Suas Excelências dando continuidade ao formidável trabalho desempenhado até este instante, nos permite visualizar a certeza de que perseverarão em edificar, passo a passo, a construção da sociedade livre, justa e solidária que a Constituição nos manda e em que o Poder Judiciário tem especial papel.

Embora Machado de Assis tenha pontificado que "*ninguém chega a uma grande obra sem passar por obras pequenas*", eu afirmaria mais: diria que nosso privilégio é tamanho que toda e qualquer obra forjada pelas mãos desses colegas é, já em si mesma, uma realização histórica.

O sacerdócio em que esses magistrados se investiram é visível, porquanto, como seres humanos, moveram-se pelo mais sólido espírito público e de justiça.

Se hoje aqui estão sendo por nós aplaudidos, é porque sua própria vocação – e não o acaso – os trouxe até a missão que ora lhes é confiada, a qual não será fácil nem os poupará de grandes sacrifícios, mas tudo a ser devidamente sublimado pelo grande propósito de *servir*.

Como Rui Barbosa já preconizava, "*quando praticamos uma boa ação, não sabemos se é para hoje ou para quando*", já que "*os seus frutos podem ser tardios, mas são certos*".

A semente do futuro foi lançada pelas gestões predecessoras, mas, há tempos, já se transformou em um embrião quase palpável, pois o progresso adentra nossos gabinetes, nossas casas, nossas vidas, tornando o adjetivo "moderno" rapidamente obsoleto com o mero passar dos dias.

Sentimos todos os impactos diretos dos altaneiros projetos de imersão judiciária no chamado *mundo digital*, do que são destacados exemplos os Núcleos de Justiça 4.0 deste Tribunal, as videoconferências para sessões de julgamento, as sessões virtuais, dentre vários.

E é neste ponto, aliás, que mais traços de afinidade se fazem notar entre as gestões em questão: a que vai e a que chega.

Além dos mencionados colegas que comporão a alta cúpula desta Casa, temos um novo Presidente que soube agregar valor a todos os projetos a que se lançou, de modo que, após a preparação de uma vida inteira, ao longo de 35 anos só na judicatura, somando experiências exitosas à frente da Escola da Magistratura e da Corregedoria-Geral da Justiça, certamente poderemos contar com a quinta-essência da gestão.

Antes de honrar a carreira que hoje integra, o Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, nosso fraterno amigo, foi advogado e Defensor Público.

Conheci o Desembargador Ricardo durante nossa posse como juiz substituto, aos 11 de janeiro de 1988, ocasião em que nos sentamos lado a lado no espaço do Órgão Especial.

Ao término da cerimônia, caminhando pelos corredores, guardei em minha lembrança o que dele ouvi sobre o sonho de um dia chegar à Presidência do Tribunal – o que, àquela altura, confesso que me pareceu um pouco ambicioso.

Os anos se passaram, fomos promovidos a juiz regional da Capital e a titular, exercendo nossas funções também em Vara de Família, o que nos oportunizou vivenciar os dramas e os sofrimentos, tornando mais humana nossa percepção como julgador, até finalmente chegarmos ao Tribunal, em 2003.

Desde sempre, o Desembargador Ricardo, em sua perspectiva de servir ao Tribunal, veio, silenciosamente, com energia e entusiasmo, se preparando

e se estruturando por meio de estudos, bem como desempenhando atividades administrativas com vistas a alcançar a meta por ele definida.

Com base na experiência colhida e abraçado ao Princípio da Eficiência, promete, conforme fez constar de seu Plano de Gestão, uma real *governança tecnológica*, mediante verticalizadas incursões nas mais contemporâneas soluções de inteligência artificial.

Assim, Sua Excelência certamente alinhará, ainda mais, o Poder Judiciário Fluminense aos modernos postulados de Administração Pública gerencial, caracterizada pela mentalidade próxima à dos gestores privados, em termos de organização, estrutura, atuação, gestão de pessoas, processos de trabalho.

Bem se vê que os projetos divulgados afastam qualquer vaidade a respeito da ocupação do cargo, pois desafiam perspectivas de alcance muito além do que se possa imaginar, com dimensões infinitas.

A nova Administração ainda inaugurará uma outra fase nesta Corte, em que uma espécie de *summa divisio* será implantada a fim de aprimorar, perenemente, a prestação jurisdicional, que tende a se qualificar cada vez mais a partir da especialização das Câmaras – que no dia de hoje se concretiza.

Os tempos pedem, portanto, *união* no essencial, *liberdade* no não essencial, e, em tudo, *caridade e solidariedade*.

A tarefa é tão nobre quanto árdua.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro atende a 81 Comarcas, 1 fórum central, 14 fóruns regionais, 148 Juizados Especiais (Cíveis, Criminais e de Fazenda Pública), 9 Turmas Recursais, além de contar 880 magistrados e 11.617 servidores, segundo dados de janeiro de 2023.

São números superlativos que, em termos de recursos humanos, superam a população de comarcas inteiras; administrá-lo não é tarefa rotineira.

Este Tribunal tem um único destinatário: os jurisdicionados. E nós, todos juntos, somos a resposta, o braço, a ferramenta, o instrumento do verdadeiro Estado Democrático de Direito, ao qual juramos servir, sob os mandamentos da Constituição e das leis de nosso País.

Devemos deferência máxima à vida, às liberdades e à justiça, desempenhando a função com ética, isenção, respeito aos direitos humanos e aos preceitos civilizatórios, sem olvidarmos dos inafastáveis deveres sociais a que estamos, todos, jurídica, política, expressa e implicitamente vinculados.

Não podemos transigir ou retroceder. Devemos fazer tudo o que podemos, embora nem tudo o que queremos, afinal, somos livres para realizar nossas escolhas, mas escravos de suas consequências.

Enfim, senhoras e senhores, este especial momento me traz à memória a singela mensagem que pude dirigir a meu filho, por ocasião do lançamento de uma de suas obras jurídicas, quando, evocando o Nobel de literatura Ernest Hemingway, consignei o que aqui as circunstâncias me impelem a repetir:

> **Olhando à nossa volta, vemos aquelas poucas almas não destroçadas que conseguiram ir atrás de seus sonhos, correr riscos e explorar seus talentos e habilidades mais preciosos. (...) Em muitos casos, essas pessoas são recompensadas por sua excelência – materialmente, financeiramente e com o reconhecimento de seus pares e a admiração de todos. No entanto, ainda mais importante, suas vidas contêm elementos de paixão e alegria, significado e realização, que em geral faltam nas vidas daqueles que não podem ou não querem ser fiéis à sua mais alta vocação.**

Há o tempo de plantar e o tempo de colher. O importante é: ser capaz de renunciar a um desejo presente em troca de um bem maior no futuro.

Vossa Excelência, Desembargador Presidente, soube aguardar as estações e, com isso, consolidar todo o conhecimento, a experiência, a maturidade e as lições colhidas ao longo do percurso, transformando o processo em um meio de solidificação das bases essenciais, sedimentação das raízes para a concretização de seus projetos.

Testemunhou a plena aprovação dos colegas em todas as eleições de que participou e marcou, de um modo ou de outro, a vida de todos aqui, não sem antes orgulhar seus amáveis familiares: seu pai, o eminente Desembargador Estenio Cantarino Cardozo, de saudosa memória; sua mãe, Dona Therezinha, aqui presente juntamente com sua esposa Marta; seus filhos Bernardo e Lívia; seus genro e nora; e a doce e adorada netinha Maria Luiza.

Desembargador Ricardo Cardozo, na pessoa de quem dirijo minha saudação final a toda a nova cúpula do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: seu destemor e sua altivez contagiam esta Casa e imprimem

em nossa missão institucional a inarredável responsabilidade de caminharmos de braços dados rumo aos avanços almejados e à concretização de absolutamente todos os sonhos por Vossa Excelência concebidos, para o engrandecimento da magistratura fluminense e da prestação jurisdicional em geral.

Diante de tão vitoriosa trajetória, não hesito em endereçar-lhe as palavras que um ex-Presidente da República pronunciou, em 1ª pessoa, ao enfrentar o grande desafio de sua vida: *Deus poupou-te do sentimento do medo* – e prossigo eu: conferiu-lhe a coragem que não falta aos homens de bem e o dom para cumprir fielmente mais essa elevada missão.

Conte com a confiança de todos e encontre na realização de seu sonho a merecida felicidade.

MAURO DICKSTEIN